

**POLÍTICA CULTURAL DE SALVADOR
NA GESTÃO DE FERNANDO JOSÉ
- VERSÃO PRELIMINAR -**

Autores: Lília de Souza Magalhães e Claudio Leal

Orientador: Albino Rubim

Resumo: Este trabalho pretende analisar a política cultural do governo de Fernando José (1989-1992) na Prefeitura Municipal de Salvador e as linhas de ação da Fundação Gregório de Mattos, órgão responsável pela implementação de políticas culturais para a cidade. Tomando esse período como objeto da pesquisa, o estudo tem a finalidade de situar a gestão de Francisco Pessoa na FGM. A metodologia utilizada foi a análise de documentos, relatórios, planos de ação, recortes de jornais e do Diário Oficial do Município para definir o lugar ocupado pela cultura no campo das políticas públicas empreendidas pela gestão de Fernando José. Até então, foi observado que a Fundação Gregório de Mattos, nesse período, esteve presa a uma visão de política cultural conservadora, voltada majoritariamente para a restauração e preservação do patrimônio histórico. Fernando José foi eleito com um programa que praticamente ignorava o campo cultural. A despreocupação com um projeto cultural é evidenciada pela escassa documentação sobre a questão.

Cenário Político e a eleição de 1988 em Salvador

A política em Salvador, a partir de 1985, período pós-ditadura, tem adotado como característica fundamental a polarização entre o carlismo e o anticarlismo. A única exceção a essa configuração foi a eleição de 1988, que aconteceu em um período de derrotas e refluxo para o carlismo (Almeida, 2000 e Rubim, 2001). Na eleição para a Prefeitura de Salvador, em 1985, o candidato carlista, Edvaldo Brito, do PTB, havia ficado em segundo lugar, perdendo para Mário Kertész. Em 1986, nas eleições para o Governo do Estado, o candidato pefelista Josaphat Marinho perdeu para Waldir Pires (PMDB), em margem de votos superior a 1,5 milhão.



A eleição municipal de 1988 encontra o carlismo num momento de refluxo – o quadro eleitoral acaba sendo definido pela presença de um candidato anticarlista moderado, Fernando José (PMDB) e um anticarlista mais progressista, Virgildásio de Senna (PSDB), ex-prefeito de Salvador, deposto pelos militares em 1964, apoiado pelo então governador Waldir Pires (PMDB). No momento da definição do candidato, o PMDB ficou rachado entre o grupo de peemedebistas chamado “histórico”, ligado à administração de Waldir Pires, e aquele sob influência do prefeito Mário Kertész e do empresário de comunicação Pedro Irujo. Houve a tentativa, por parte de Kertész, de viabilizar a candidatura do cantor e compositor Gilberto Gil, na época presidente da Fundação Gregório de Matos, mas o nome não ganhou o apoio de Waldir. Gil desistiu da candidatura e rompeu com o governador.

Surge então a pré-candidatura do radialista Fernando José, apresentador do programa de rádio e tevê “Balanço Geral”, na TV Itapoan, propriedade de Pedro Irujo. De matiz populista, o programa de Fernando José liderava a audiência na Bahia, dentro de uma linha de desqualificação da política e assistencialismo. Na disputa interna no PMDB, prevaleceu a aliança Irujo-Kertész contra Waldir, que recusava a lógica populista.

No mesmo dia da convenção, articulou-se o apoio, por parte dos peemedebistas históricos, à Frente Salvador, de Virgildásio de Senna, composta a princípio pelo PSDB, PC do B, PCB e PSB, com a adesão posterior do PMN e da dissidência de centro-esquerda do PMDB. Houve também a defecção do PSB, que acabou lançando candidato próprio, a deputada Abigail Feitosa. Pelo carlismo, concorreu Manoel Castro. Assim como em 1985, o PT lançou candidatura própria, tendo Zézeu Ribeiro como postulante ao cargo. Virgildásio chegou em segundo lugar.

Tabela 1. Resultado final: Eleição para Prefeito de Salvador em 1988

Candidato	Porcentagem	Número de votos (em mil)
Fernando José (PMDB)	30,2%	274.271



Virgildásio de Senna (PSDB)	16,5%	149.018
Manoel Castro (PFL)	8,0%	72.352
Outros/Branco/Nulos/Abstenção	45,3%	409.825

Fonte: TRE/ A Tarde, 8/8/2004.

A vitória de Fernando José foi ilustrativa no sentido de mostrar a constituição de políticos em uma sociedade midiática e da facilidade que existe no Brasil de tráfego de personalidades públicas do campo dos media para o campo da política (Rubim, 1998).

Por trás do apresentador Popular estava Pedro Irujo, seu patrão e mentor, homem de negócios que enriquecera na Bahia, entrara em atrito com ACM por motivos empresariais e já tivera destaque no financiamento e apoio comunicativo à campanha de Waldir Pires, com quem agora mantinha relação tensa, por resistências que encontrou, no governo estadual, aos seus pleitos (Dantas Neto: 2000, p.74-75).

Na Câmara de Vereadores, formou-se uma bancada expressiva de evangélicos – mesma religião do prefeito eleito –, mas, ao longo do governo, Fernando José demonstrou pouca habilidade para a articulação política, não construindo uma base sólida de alianças e optando pela centralização do poder. Dentro da administração pública, propriamente dita, demonstrou deficiência no setor de coleta de lixo, transporte urbano, educação e obras de infra-estrutura. A cobertura feita pela imprensa baiana enfatizava o caos administrativo e, ao final dos quatro anos de mandato, a carreira política de Fernando José havia sido destruída definitivamente. Permaneceu a imagem do prefeito inepto e isolado, de presença meteórica no campo político.

Para além disso tudo, Fernando José rompia com seus principais aliados, Mário Kertész e Pedro Irujo, que sustentaram o lançamento da candidatura dele no PMDB. Durante a gestão, foram divulgadas informações sobre esquemas de corrupção no governo de Kertész. Com isto, desarrumou o desejo deste último de candidatar-se a governador em 1990. Desligou-se também de Pedro Irujo porque este queria interferir nas decisões do prefeito e na contratação de empreiteiras. Mas, na própria gestão de



Fernando José, a OAS manteve vínculos estreitos com a administração municipal, chegando a influir na indicação de funcionários. Como observou Rubim (1995), “ao não realizar concomitantemente a transição de sua representação de origem mediática para uma outra alicerçada nas operações e valores próprios do campo político, Fernando José, após os quatro anos como Prefeito, foi pura e simplesmente ‘expelido’ do campo político, posto que havia destruído todo seu poder de ser reconhecido”.

Sucessora de Fernando José, Lídice da Matta fez um balanço negativo da gestão anterior, enfatizando as dificuldades orçamentárias, diante do seqüestro de verbas – bloqueio de verbas públicas para pagamento de dívidas – da Prefeitura:

Nós assumimos o governo em 12º lugar na arrecadação própria das capitais brasileiras e com um seqüestro fechado como acordo do governo anterior, que era um acordo feito para o pagamento das principais empreiteiras da cidade com quem a prefeitura reconhecia dívida, em torno de três milhões de dólares à época, muito alta para nossa situação financeira e que compreendia 20% do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do ICMS que a prefeitura recebia. Portanto, um estrangulamento financeiro (MATTA, 1996: p. 169).

O mau desempenho de Fernando José enfraqueceu a oposição ao carlismo na capital baiana e abriu caminho para a ampliação da influência do grupo carlista sobre o eleitorado soteropolitano. Em 1990, ACM é eleito governador da Bahia e, em 1992, a derrota de Manoel Castro (PFL) para Lídice da Matta (PSDB) ocorre dentro de um contexto que nacionalizou a campanha municipal, realizada pouco depois do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, apoiado por ACM durante o processo instaurado no Congresso Nacional.

Política cultural na cidade da Bahia

Fernando José foi eleito com um programa que praticamente ignorava o campo cultural. A campanha dele se voltava para o setor de obras públicas e serviços, áreas priorizadas no debate eleitoral da época. A despreocupação com o planejamento cultural é evidenciada pela escassa elaboração textual sobre a questão. Na pesquisa desenvolvida, é o período menos documentado. A cobertura da imprensa foi igualmente



reduzida, talvez pelo pequeno número de iniciativas governamentais capazes de tornar-se acontecimentos midiáticos.

De certa forma, este desinteresse pela cultura, revelou-se como retrocesso em relação à gestão anterior, de Mário Kértész, quando a Fundação Gregório de Mattos foi criada e se transformou num dos principais focos de atenção do governo, tempo em que o compositor Gilberto Gil estava à frente dela e havia uma linha de política cultural que englobava planejamento, formulação e ação. Representou um papel importante na construção do discurso sobre a cidade, com a valorização da herança cultural africana em Salvador para a construção de uma identidade histórico-cultural. Kopp e Albinati (2004) escrevem que “o anúncio, logo na primeira semana de gestão, da criação da Fundação Gregório de Mattos – FGM, causou grande repercussão”, originando também uma discussão sobre a feição jurídica: “A FGM foi anunciada como órgão autônomo para o fomento à cultura, ocupando o papel semelhante ao de uma secretaria de cultura, entretanto, constituída como autarquia, o que permitiria uma gestão mais ágil e independente da burocracia governamental”.

Para Chauí (1995), “no Brasil, uma política cultural torna-se inseparável da invenção de uma cultura política nova”. Essa idéia da autora, à primeira vista, já descarta o governo Fernando José de qualquer possibilidade de uma política cultural nesses moldes, já que o radialista, com seus bordões, trazia consigo o populismo e clientelismo mais atrasados e, por incrível que pareça, persistentes na cultura política brasileira.

Para compreender a retração das atividades da Fundação Cultural, é preciso recorrer a uma análise da própria concepção que Fernando José tinha da política. Durante a permanência dele na Prefeitura, o neoliberalismo ganhava força na disputa hegemônica de um projeto para o Brasil, culminando com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1989. A idéia de reduzir a intervenção do Estado na economia teve como consequência quase que imediata a transferência da gestão cultural para o setor privado, através de leis de incentivo fiscal.

Quando Fernando José tomou posse, havia três anos de criação do Ministério da Cultura (1985), que obteve apenas 0.05% dos recursos da União, durante o governo



Sarney¹. Promulgada em 02 de julho de 1986, a Lei Sarney apresentou, de forma geral, a essência das políticas culturais subseqüentes. Dessa maneira, de 1986 a 1990, foram investidos nacionalmente 100 milhões de dólares no campo cultural, com um cadastramento de 4700 entidades. No entanto, sem instrumentos de controle, esta lei possibilitou uma série de fraudes².

Com a Lei Sarney, argumentavam alguns produtores culturais, o Estado limitava-se a lavar as mãos, delegando às empresas e às pessoas físicas decisões que lhe cabiam. Abdicava, assim, de uma obrigação legal, expressa no artigo 215 da Constituição Brasileira, que diz: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (Castelo, 2002: p. 632).

Ainda durante o governo Fernando José, a política cultural em âmbito nacional viveu um dos seus momentos mais difíceis, com a eleição de Collor. Em março de 1990, logo depois de tomar posse, “o caçador de marajás” efetuou um desmonte nas instituições culturais ao extinguir o Ministério da Cultura e revogar a Lei Sarney, reduzindo acentuadamente a participação do Estado no setor. Em substituição ao MinC, implantou a Secretaria da Cultura. A permanência do cineasta Ipojuca Pontes à frente da Secretaria, durante um ano, caracterizou-se como uma “era de barbárie cultural”. Órgãos como a Embrafilme, a Funarte e a Fundação do Cinema Brasileiro foram extintos. Com a saída de Pontes, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet ocupou o cargo, criticando as falhas da Lei Sarney e com a filosofia de que “cultura, só com lucro”. Assim, em 1991, surgiria a Lei Rouanet, que ampliou os benefícios às empresas que financiassem projetos culturais, porém com maior rigor formal, trazia mecanismos de fiscalização (Castelo, 2002: p 632-633). O excesso de formalismos e exigências quase que inviabilizava a aplicabilidade da lei.

No plano municipal, foi promulgada a Lei nº 4.280, conhecida como Lei Alfaya, cujo autor foi Javier Alfaya, do PCdoB, ex-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) no final da década de 1970. Inspirada na Lei Sarney, ela instituiu

¹ VENTURA, Tereza. Arte e política cultural. Parceria e autogestão.

² CASTELO, José. Cap. 18: Cultura. Apud: LAMONIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (Org). A Era FHC, São Paulo: Cultura, 2002.



incentivos fiscais para empresas que, genericamente, investissem “projetos de produção cultural nas áreas de música, teatro, cinema, vídeo, circo, poesia, literatura, pesquisa e documentação, dança, artes plásticas e artesanais”.³ Na mesma tendência nacional, o município desobrigava-se de formular diretrizes para a política cultural, deixando isto a cargo da iniciativa privada, que se relacionaria diretamente com o artista. Mais uma vez com a visão simplesmente monumental da cultura, a Prefeitura utilizou essa lei para a conservação e recuperação do patrimônio histórico e arquitetônico de Salvador. Pode-se contrapor a essa concepção o conceito de políticas culturais de Canclini (Apud Cesnik e Beltrame, 1987: p.26):

Não basta uma política cultural concebida como administração rotineira do patrimônio histórico, ou como ordenamento burocrático do aparato estatal dedicado à arte e à educação, ou como cronologia das ações de cada governo. Entendemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados com o fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Ao mesmo tempo em que a Fundação reduzia a sua intervenção na cidade, pela falta de planejamento e formulação, uma idéia vaga de cultura popular se disseminou no legislativo municipal. Marilena Chauí (1999) escreve que “a tradição populista [da cultura], mais forte no final dos anos 50 e início dos 60, pretende que o órgão público de cultura tenha um papel pedagógico sobre as massas populares, apropriando-se da cultura popular para, depois de transformá-la, devolvê-la em sua ‘verdade verdadeira’ ao ‘povo’”. Por exemplo, a Lei municipal N° 4.149, de 11 de setembro de 1990, demonstra a pobreza da formulação de uma política pública, permitindo a realização das brigas de galo “em nome do folclore nacional”, *ipsis literis*.

A gestão de Francisco Pessoa na Fundação Gregório de Mattos esteve presa a uma visão de política cultural conservadora, voltada majoritariamente para a restauração e preservação do patrimônio histórico, que foi (e, em certa medida, ainda é) recorrente nas administrações municipais desde o Estado Novo. Com a fundação do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 13 de janeiro de 1937, que se tornou uma referência para outros países da América Latina, a proteção do

³ Diário Oficial do Município, 1990...



patrimônio histórico e artístico brasileiro ganhou maior atenção do poder público. Esta iniciativa inovadora partiu do Ministério da Educação, tendo à frente o ministro Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco.

Convém ressaltar que, naquela época, o conceito de cultura não tinha a mesma abrangência da atualidade – era muito mais ligada à esfera patrimonialista e das belas-artes. O desenvolvimento do conceito de política cultural fez com que fossem englobadas outras atividades do campo artístico. Portanto, ao limitar-se, hoje, a uma função mantenedora dos sítios históricos e preservação de arquivos, o governo deixa de desenvolver projetos que estimulam produção cultural dinâmica, capaz de aglutinar pessoas e envolvê-las num processo de experimentação/inação. Vale destacar que Pessoa foi Coordenador do Programa de Revitalização do Centro Histórico na gestão de Kertész e, no momento imediatamente posterior à posse, declarou que o eixo de ação da FGM seria “prioridade de investimentos no Centro Histórico e ordenamento das ações culturais da Prefeitura na vida da cidade”.⁴

A limitada participação da FGM na organização do carnaval é mais um dado revelador da concepção de cultura do governo Fernando José. Ao contrário do que ocorre em outras cidades brasileiras, a exemplo de Recife, o órgão responsável pela cultura não organiza o carnaval de Salvador, função esta atribuída à Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa). Isto ocorre até os dias atuais, o que só estreita a área de atuação da FGM, reforçando uma visão turística do carnaval, em detrimento da garantia da diversidade artístico-cultural. Em 1989, havia sido criado o Conselho Municipal de Festas Populares, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que tinha a finalidade de organizar as festas populares, definindo o calendário de eventos para Salvador, o estudo e a programação de cada festa, a congregação de pessoas e entidades para a promoção de eventos e outras atividades relacionadas às festas populares. Este conselho era presidido pela Emtursa e integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Fundação Gregório de Mattos, Conselho Baiano de Turismo, Câmara de Vereadores, Federação de Culto Afro, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

⁴ Diário Oficial do Município, *Fundação Gregório de Mattos reativa “Projeto Terreiro”*, 13 e 14 de julho de 1989.



Em 10 de agosto de 1990, através de decreto-municipal, foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Educação e Cultura, e a ele compete promover estudos e apresentar sugestões para a melhoria do ensino e o desenvolvimento cultural do estudante. Podemos observar uma ausência de organizações e entidades mais específicas do campo cultural na composição do conselho: Sindicatos de Professores; Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino Particulares; União Metropolitana dos Estudantes; Associação dos Pais de Alunos da Bahia; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia; e Câmara Municipal de Vereadores.

Um ano depois, em agosto de 1991, o Conselho Municipal de Cultura ganhou forma legal, “com a finalidade de formular políticas, campanhas e ações destinadas ao fortalecimento das atividades artístico-culturais em Salvador”. O artigo 2, da Lei 4.373, de 14 de agosto de 1991, lista as atribuições do conselho:

- I- Desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativos à situação da cultura no Município;
- II- Contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos culturais;
- III- Incorporar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que dizem respeito ao patrimônio histórico e cultural da cidade;
- IV- Promover intercâmbios e convênios com instituições públicas e privadas nacionais ou estrangeiras com a finalidade de implementar as políticas, medidas e ações objeto do Conselho;
- V- Pronunciar-se sobre o tombamento de bens e locais de valor histórico, artístico, cultural e religioso, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Salvador;
- VI- Propor aos demais poderes públicos a instituição de concurso para financiamento de projetos culturais e a concessão de prêmios como estímulo às atividades de cultura.

A mesma lei indicava os 14 representantes do Conselho Municipal de Cultura: um representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos (SATED), um representante da Comissão de Cultura e Educação na Câmara Municipal, um



representante do sindicato dos músicos, um representante das escolas de Artes e Letras da UFBA, um representante das escolas de Artes e Letras da UCSAL, Presidente da Fundação Gregório de Mattos, um representante da Academia Baiana de Letras, duas personalidades com reconhecidas contribuições à cultura da cidade (indicada pelo Prefeito), representante da Secretaria de Educação do Município, duas personalidades de efetiva contribuição à cultura da cidade (indicadas pela Câmara Municipal), um representante da Federação das Associações de Bairros (FAB's), Instituto dos Arquitetos do Brasil (seção Bahia), um representante de movimentos ou instituições de valorização da cultura afro-baiana.

Em primeira análise, há uma divisão democrática dos integrantes deste conselho, com a participação majoritária de entidades da sociedade civil, ainda que não seja explicitado o porquê da escolha e prevaleça uma visão artizante de cultura (escolas de arte, Academia de Letras). Para Rubim (2002), “no mundo contemporâneo, caracterizado pela multiplicidade de sujeitos políticos e fontes identitárias, não há mesmo possibilidade de políticas culturais atualizadas e democráticas sem que seja estabelecida uma interlocução com os amplos e plurais setores aglutinados por essa expressão política essencial: a sociedade civil. Ela pode ser um contraponto fundamental às pretensões do Estado ou do mercado de funcionar, um ou outro, como regulador plenipotenciário da vida social, inclusive da cultura”. Malgrado a participação da sociedade civil, a criação deste conselho não significou uma garantia de interlocução da Prefeitura com a mesma, para a definição dos rumos da política cultural do município, já que se desconhece os resultados e a aplicabilidade deste conselho. Por exemplo, uma das atribuições dele – “desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativos à situação da cultura no Município” – foi claramente ignorada.

No primeiro ano de governo, em agosto de 1989, houve um debate para discutir os rumos do Teatro Gregório de Mattos. O seminário teve como convidados o diretor do Teatro Castro Alves, Márcio Meirelles, a arquiteta Lina Bo Bardi, que projetou as formas arquitetônicas do teatro, a coreógrafa Lia Robatto e o presidente do sindicato dos atores, Rui César, além do presidente da FGM, Francisco Pessoa, que declarou à imprensa, na época: “Não temos vocação para ditadores. Por isso, não seremos nós, diretores da FGM, que vamos ditar normas. Ao contrário, teremos que extraí-las



daqueles que estão com a mão na massa, produzindo arte e cultura”.⁵ Este seminário, para além da abertura da discussão no meio artístico, revela a inexistência de um programa mínimo para o setor cultural por parte de Fernando José, que sequer previu um planeamento para o único teatro administrado pela prefeitura. Fica clara também a redução do papel do Estado na gestão da cultura. No discurso de posse, Francisco Pessoa traçou o principal objetivo da FGM: “A captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais, governos e, principalmente, empresários brasileiros, preferencialmente a fundo perdido para não aumentar a dívida do município”.⁶ Esta visão, embora não seja de todo privatista, revela uma visão limitada das possibilidades da FGM.

Principais projetos

Com uma plataforma de intervenção pouco inovadora, considerando que a verba destinada à cultura não era tão limitada⁷, a FGM praticamente manteve alguns projetos da gestão anterior, como o Boca de Brasa e o Cinema na Praça. Considerando-se que o mandato de Fernando José se notabilizou pela inabilidade política do prefeito na condução do cargo, as ações culturais ficaram restritas à FGM, sem um pólo de governo que estimulasse projetos no campo da cultura na fundação.

Além disso, houve uma continuidade dos projetos criados no governo de Mário Kertész. Por exemplo, em julho de 1989, a FGM lançou o projeto “Cinema de Rua”, exibindo filmes na parede externa do Cine Glauber Rocha e em bairros populares de Salvador. Na verdade, era uma reformulação de projeto preexistente. Mantiveram também o “Boca de Brasa”, que levava música aos subúrbios e atendeu, em 1990, a 45 pedidos de apresentação.

A própria ligação com a arquiteta Lina Bo Bardi (autora do projeto Bar dos Três Arcos e o Restaurante Quaty, na ladeira da Misericórdia) é a continuação da reforma realizada nesse lugar iniciada por Kertész. O relatório de atividades da FGM, em 1991, informa também a criação da biblioteca pública especializada em tradição e cultura

⁵ A Tarde, *Os rumos do Gregório de Mattos*, 2/8/1989.

⁶ Diário Oficial do Município, *Francisco Pessoa tomou posse na Fundação Gregório de Mattos*, 1 e 2/6/1989.

⁷ O orçamento da FGM correspondia, em média, a 0,54% do orçamento aprovado para 1990, em 26 de dezembro de 1989. Ver tabela em anexo.



baiana (Lei Nº 4.192, de 16 de novembro de 1990), da “Orquestra Juvenil” (grupo de 18 adolescentes entre 10 e 20 anos) e a preservação de documentos sobre a história da cidade e levantamento bibliográfico da legislação municipal de 1853 a 1964. As informações terminam por ser imprecisas, pois não existe uma comprovação de atividades que são relatadas de forma genérica. Marcelo Bolshaw Gomes define a cultura “como mediação do intercâmbio do conjunto das relações sociais com o meio ambiente, a cultura é uma memória social, isto é, um depósito de informações históricas para as futuras gerações e sociedades”⁸. A partir deste conceito formulado por Bolshaw, pode-se afirmar que a ausência de memória social, evidenciada também na escassez de registros, demonstra a imaturidade das iniciativas empreendidas pela FGM.

Considerações Finais

O governo de Fernando José representou uma mudança de estrutura da política cultural, dentro de um processo nacional de redução do investimento em cultura e crescente transferência da gestão para o setor privado. É o período em que começam a surgir as leis de incentivo à cultura, de contrapartida fiscal, que orientam, inclusive, a criação da Lei Alfaya, em Salvador. Sem apresentar projetos inovadores e de maior abrangência social, as principais ações da FGM representaram, na realidade, uma continuidade de alguns projetos da gestão anterior. Apesar destas observações, a gestão agradou a alguns setores da classe artística, como escreveu a dramaturga Aninha Franco em 1992: “Pessoa fez o que pôde pelo teatro – comprando espetáculos, levando-os para fora do estado, divulgando-os, revitalizando o Baile das Atrizes; pelo cinema – patrocinando jornadas, exibindo filmes nacionais em praça pública; pela literatura – promovendo concursos; pela memória – realizando exposições; e sai da Gregório de Mattos com a sensação do dever cumprido, coisa rara entre os auxiliares do Sr. Prefeito”⁹.

É possível que a conjuntura política do governo Fernando José tenha sido um dos fatores que impossibilitaram a atenção maior do poder público para o campo cultural. As práticas conservadoras do prefeito, de linha populista, sequer tangenciaram

⁸ Bolshaw Gomes, Marcelo, *A cultura como dupla mediação e a tese das 3 mudanças estruturais na sociedade contemporânea*.

⁹ “Pessoa”, *A Tarde*, 23/12/1992.



a cultura como uma área capaz de capitalizar ganhos políticos para o governo. Identifica-se como linha de atuação da FGM o desenvolvimento de projetos voltados para o aspecto patrimonial da cultura - de formação de acervos e recuperação do Centro Histórico de Salvador, limitando sua área de atuação a estes setores, como deixou claro o presidente da FGM, Francisco Pessoa, no discurso de posse. Além disso, há opção por eventos isolados, que não revelam formulação nem planejamento global.



Amostra de orçamento da gestão de Francisco Pessoa na FGM

Denominação	Cruzado Novo/ NCZ\$ 1,00
Superintendência de Urbanização da Capital	1.046.865.500
Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade	272.500.000
Instituto de Previdência do Salvador	143.830.000
Superintendência de Transporte e Trânsito do Município	66.591.000
Fundação Gregório de Mattos	9.150.000
Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município	129.950.000



Bibliografia

CASTELO, José. Cap. 18: Cultura. Apud: LAMONIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (Org). *A Era FHC*, São Paulo: Cultura, 2002.

CESNIK, Fábio de Sá, BELTRAME, Priscila Akemi. *Globalização da Cultura*. São Paulo: Editora Manole, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura política e política cultural*. In: Estudos Avançados, nº 9 (23), 1995

_____. *Uma Opção radical e moderna: Democracia Cultural*, 2001.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Caminhos e atalhos: autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: Ivo Anete Leal (org.). *O Poder da Cidade. Limites da Governança Urbana*, Salvador: Edufba: 2000, p. 51-84.

RUBIM, Albino. *Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade*. Salvador, março de 2002.

_____. De Fernando a Fernando: poder e imagem 1989/1994. In: ROCHA FILHO, Aristóteles e outros (orgs.) *O sentido e a época*, Salvador, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 1995, p. 75-94.

VENTURA, Tereza. *Arte e Política Cultural*. Nova York. Tese (Pós-doutorado Política Cultural) – NYU Universidade de Nova York.

